



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 20ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

2
3
4 No décimo primeiro dia do mês de dezembro de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na
5 Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes
6 pontos de pauta: 1º) **Atas (18ª-Plen.Ord de 13/11; 19ª-Plen.Ord de 27/11) e Expedientes; 2º)**
7 **Cronograma das Plenárias do CES/RS para 2015; 3º) Relato do GT do CES/RS sobre a**
8 **Política Estadual de Atenção Básica – PEAB/SES/RS; 4º) 4ª Conferência Nacional de Saúde**
9 **do Trabalhador e da Trabalhadora – 4ª CNSTT; 5º) 7ª Conferência Estadual de Saúde; 6º)**
10 **Proposta de Resolução do CES/RS da Política de Saúde Mental – Álcool e outras Drogas –**
11 **SES/RS; 7º) Assuntos Gerais. Titulares:** Zilá Cohen, Odil Gomes, Ana Maria Valls, Rosemary
12 Suzin, Sonia Pinheiro, João de Deus, José Hélio de Freitas, Juliana Wingert, Jairo Tessari, Eni
13 Bahia, Adão Zanandrea, Carlos Weber, Celia Chaves, Leonildo Mariani, Ana Martins, Inque
14 Schneider, Luiz Pinheiro, Ana Albernerg, Camila Jacques, Camila Giuliani, Nádia Frizzo, Alcides
15 Pozzobon, Rosangela Dornelles, Sandra Leon **Suplentes:** Tatiane Adanski, Rafaeli Silva, Miriam
16 Kolinger, Maria Soares, Luiz Ferreira, Jaime Berdias, Ricardo Charão, Paulo Ribeiro. Celia Chaves
17 abre a plenária e avisa que atenderão a uma solicitação de inversão de ponto de pauta, com a
18 proposta de Resolução do CES/RS sobre a Política de Saúde Mental sendo discutida antes dos
19 demais pontos. 1º) Proposta de Resolução do CES/RS da Política de Saúde Mental – Álcool e
20 outras Drogas: Diz que a política foi analisada pelo CES e discutida na Comissão de Saúde Mental,
21 que elaborou parecer que subsidiou uma proposta de resolução. Sandra Leon afirma que primeiro
22 gostaria de dizer que avançaram bastante para chegar nessa proposta de política. Relata que foi esse
23 assunto muito discutido na comissão em que trabalha. A conselheira faz a leitura do parecer. Relata
24 que, como esse assunto está sendo discutido há muito tempo, a proposta está dentro da política.
25 Célia explica que a proposta que será lida, assim como o parecer que foi lido, diferem dos
26 documentos enviados para os conselheiros, porém sem diferença de conteúdo, apenas de redação.
27 Ana Maria diz que está presente no CES um grupo do Hospital São Pedro, com a curadora dos
28 pacientes e a presidente do Sindicato dos Funcionários do Hospital São Pedro. Indaga o fato de, se a
29 lei de desospitalização ainda está sendo discutida e votada, a política que será apresentada não
30 poderia ser válida ainda. Diz que seria interessante os visitantes exporem seu ponto de vista. Sandra
31 Leon diz que a Comissão de Saúde Mental é aberta a quem quiser participar, que o assunto está
32 sendo discutido há muito tempo e que as pessoas poderiam ter participado, se assim quisessem.
33 Márcia, presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde do RS, diz que o que ocorreu foi uma falta
34 de diálogo. Diz que não foram atrás da comissão e que acabaram discutindo com a direção do
35 Hospital São Pedro, solicitando pauta e discussão sobre isso. Prometeram aos funcionários que
36 seriam ouvidos, que foram atrás da secretária para discutir tal pauta, mas não conseguiram. Relata
37 que fizeram várias discussões fora e dentro do hospital e que não sabiam que podiam participar da
38 comissão, senão teriam participado. Admite que não foram atrás do conselho. Concorda com a Ana
39 e sua fala sobre a discussão da política e a legalidade. Diz que não há contramão ou retrocesso na
40 saúde mental e que não são contra a desinstitucionalização, mas que querem que isso seja feito de
41 forma certa. Diz que querem discutir a rede de saúde mental, para que o paciente seja bem
42 encaminhado após sair do hospital. Relata que perguntaram à secretária quantos CAPS 3 há, porém
43 não receberam resposta. Diz que devem considerar a lei por inteiro, não apenas pedaços. Aponta os
44 pacientes que fugiram das casas e que morreram atropelados. Diz que devem discutir como serão
45 feitas as redes, o fechamento das vagas e a lei estadual, que foi feita baseada numa realidade de 23
46 anos atrás. Comenta que devem discutir se os pacientes devem ou não sair do Hospital. Diz que o
47 entendimento que eles têm é de que a secretária pensa que é uma questão pessoal ou política,

48 porém, segundo ela, não é. Relata que idosos choraram por serem retirados do Hospital e que isso é
49 uma violência psicológica. Diz que isso precisa ser rediscutido. Diz, também, que qualquer decisão
50 só pode ser feita após o que está sendo discutido na Assembleia. Gislaíne, curadora do Hospital
51 Psiquiátrico São Pedro, diz que ficou sabendo que foram solicitados ao almoxarifado do hospital
52 recursos, como colchões e edredons. Relata que saíram, às pressas, 21 pacientes no final do ano,
53 indo para as casas alugadas, sob um valor alto, e levados a força. Diz que essas coisas devem ser
54 ouvidas pelo CES, que são operadores de saúde, uma vez que se trata de pessoas e, não, de
55 pensamentos pessoais e política. Relata que ela mesma já foi assediada várias vezes para tomar
56 atitudes com que não concorda. Diz que não é contra a desinstitucionalização, que várias casas
57 estão funcionando, mas estão se esquecendo fatos, como as casas em Viamão, que são os próprios
58 moradores que estão mantendo. Pergunta onde estão as verbas para manter esses pacientes. Diz que
59 há duas ações na justiça, uma com uma liminar e outra pedindo soluções para os problemas,
60 provados, que estão acontecendo nas casas. Relata que perguntou ao diretor da DAUM (Divisão de
61 Atenção aos Usuários Moradores) se sairiam mais pacientes por agora, que ele disse que não, então
62 não entende isso. Comenta que as casas não conseguem suprir as necessidades dos pacientes, por
63 isso estão pedindo recursos. Olinda, psicóloga do São Pedro, da unidade de internação, diz que vê
64 claro que as pessoas veem de uma rede que não está estruturada ainda, que saem com alta muito
65 bem, voltam para sua rede, chegando lá, o psiquiatra vai de dois em dois meses e a prescrição
66 médica é deixada no posto, onde a pessoa vai e pega os medicamentos. Relata que ela trabalhou, em
67 2000, na montagem das primeiras casas, em Viamão, para onde passaram pessoas. Comenta que
68 estão convivendo diariamente com assédio no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Pergunta de onde
69 sairão técnicos de enfermagem para cuidar dos pacientes nessas casas, uma vez que o próprio
70 hospital está com escassez de funcionários. Cíntia, coordenadora técnica do serviço de admissão e
71 triagem, diz que seu trabalho é democrático e que conhece a rede. Diz que muitas vezes que há
72 moradores que deveriam estar na rede pedindo para voltar para o hospital. Relata um caso onde uma
73 menina, de uma casa, estava sendo estuprada pelo namorado e que pediu socorro no Hospital
74 Psiquiátrico São Pedro. Diz que é totalmente a favor da ideia, mas que tem visto problemas. Célia
75 diz que a palavra foi dada, denúncias foram feitas, serão acatadas pelo CES, porém o que está sendo
76 discutido é uma política e, não, um relatório de gestão. Diz que não estão aprovando ações que
77 foram realizadas, que podem não terem sido realizadas de forma adequada, e, sim, uma política.
78 Aponta que a discussão que está sendo feita é sobre os pontos da política que possam estar
79 equivocados. Jaqueline, da Secretaria de Saúde, diz que o que está em aprovação são diretrizes e
80 apontamentos do que seria o caminho da possibilidade do cuidado da atenção integral com saúde
81 mental. Diz que o documento enviado demonstra as diretrizes e os serviços propostos por nível de
82 atenção, colocados de forma que apresente não só a forma que são, mas, também, os quantitativos.
83 Diz que a rede possibilita um cuidado cotidiano e que deixe as pessoas próximas de suas cidades.
84 Comenta que o que está em pauta não é o processo, mas estratégias. Diz que o que a política coloca
85 é a importância de que o que se fará no futuro com o Hospital São Pedro seja em parceria com todos
86 os setores da Secretaria Estadual de Saúde e o CES. Comenta que acha que o seria interessante é, se
87 os conselheiros quiserem, ela pode apresentar fotos referentes à desinstitucionalização. Diz que o
88 que se está apresentando é uma proposta de um norte para todo o estado do Rio Grande do Sul,
89 estabelecendo políticas de cuidado em todo o Estado. Sandra Leon diz que tudo que está sendo dito
90 deve ser considerado e que o Conselho fará a verificação dessas denúncias, junto com a Comissão
91 de Fiscalização, e reforça que a comissão de saúde mental é aberta. Diz que devem considerar,
92 primeiro, que a política visa o Estado inteiro e, segundo, diz que a Comissão de Saúde Mental apoia
93 a política e que a comissão é composta por várias entidades, como a Federação das APAES, o
94 Fórum Gaúcho de Saúde Mental, a AGAFAPE, a Seção de Saúde Mental interna, como gestão,
95 assim como diversas outras entidades, que aprovaram a política por unanimidade. Diz que
96 desinstitucionalização é diferente de desospitalização. Relata que visitaram os serviços em
97 quantidade grande de conselheiros aos últimos oito residenciais terapêuticos implantados. Diz que o
98 CES aprovou o PES, que contempla 100% de desinstitucionalização, com implantação de 30
99 residenciais terapêuticos até o final de 2015. Relembra que o conselho já declarou apoio à

100 desinstitucionalização e que fizeram visitas aos últimos residenciais feitos. Diz que o que se tem
101 que fazer é ver o olhar dos usuários e que fizeram um relatório sobre as visitas, onde relatam que os
102 próprios usuários mostraram felicidade de estarem onde estavam. Comenta que os usuários que
103 mostravam a própria casa. Aponta que o relatório está disponível para quem quiser acompanhar. Diz
104 que as casas são uma oportunidade de o usuário se sentir em sociedade e, não, segregado. Relata
105 que o usuário está sendo assistido e que estão recebendo cuidado em liberdade. Relembra que o que
106 está em aprovação é uma política de atendimento. Vanessa, da equipe de saúde mental do Estado,
107 diz que sua resposta foi feita nas fotos. Diz que o processo é um planejamento, que as pessoas não
108 são tiradas do dia pra noite e que as casas são alugadas e preparadas antes de serem utilizadas.
109 Comenta que ninguém será retirado às pressas, que as casas vazias continuarão vazias até os
110 pacientes escolherem ficar nelas. Relata que os pacientes escolhem onde e com quem morarão e que
111 os suprimentos são preparados antes. Sobre o caso de Viamão, diz que está em investigação e que
112 não há provas ainda. Ana Maria diz que esse tipo de denúncia está ligada à aprovação da política,
113 pois, ao aprovar a política, se aceita a maneira como o trabalho está sendo feito. Propõe que a
114 votação seja postergada e que o grupo do São Pedro participe das discussões para esclarecimentos.
115 Odil Gomes refere o fato que, para considerar as denúncias, se deve ter documentos que as
116 comprovem. Rosângela pede para que não se misture o processo de avaliação do plano com a
117 investigação da denúncia. Sandra Leon reforça o fato que é uma oportunidade que há anos se luta
118 para ter de abranger os gaúchos do resto do estado. Diz que a política precisa ser votada hoje.
119 Reforça que a comissão ainda está aberta para conversa. Jaqueline, da Secretaria de Saúde, diz que
120 a desinstitucionalização está já prevista em lei e o que está em votação é a política que vai fortalecer
121 o cuidado no território mais próximo dos pacientes, para que possam ter contato com seus
122 municípios. Célia Chaves pergunta se os conselheiros estão esclarecidos quanto à política de
123 maneira suficiente para votar. 17 votos a favor. Pergunta quantos não estão esclarecidos e querem
124 postergar a votação. 10 votos a favor da postergação. João de Deus diz que sabe que as comissões
125 têm as discussões em cima da política e que estão discutindo sim as políticas e, não, os serviços.
126 Comenta o fato que chegou em último momento o caso do Hospital São Pedro, dos seus
127 funcionários, pacientes e usuários. Diz que o que é mais importante é o usuário. Reforça que o
128 conselho está todo aberto para os visitantes, também junto à comissão de fiscalização, que vai em
129 cima das denúncias feitas. Afirma que se deve fazer a votação, mas que a conversa deve ser feita.
130 Diz que uma coisa é a política, outra coisa é a discussão. Rafaeli diz que essa política construída
131 dentro da comissão é uma forma de planejamento, mas que a presença dos trabalhadores do São
132 Pedro é importante. Diz que não ficou claro para ele como a denúncia afeta algum item da política
133 apresentada. Zilá diz que disseram que o que foi apresentado são apenas diretrizes para orientar os
134 trabalhos, mas na verdade são diretrizes de aplicação imediata. Relata que a sua colega da
135 AGAFAPE que votou a favor da política na comissão tem menos conhecimento sobre o assunto.
136 Diz que esteve em uma reunião da Secretaria Municipal de Saúde onde os estudantes de psicologia
137 estavam avaliando a reforma psiquiátrica. Antes deles, houve um grupo para avaliar o Hospital
138 Restinga. Diz que quando visitou o Hospital São Pedro, as pessoas idosas estavam em bem-estar,
139 mas as crianças na Restinga estavam precisando receber atenção e não estavam recebendo. Acusa
140 que não há sentido em dizer o que será feito com a norma, uma vez que ainda está sob norma.
141 Relata que tomou conhecimento de um caso onde uma mãe, que mora numa dessas residências, saía
142 para trabalhar e deixava o filho com a vizinha e descobriu que esta assistia filmes pornô e a criança
143 assistia junto. Célia faz a leitura da resolução para apreciação e votação. Com 17 votos a favor, 9
144 contrários e 2 abstenções, a Política Estadual de Saúde Mental foi aprovada. Sandra Fagundes,
145 Secretária de Saúde, cumprimenta a nova mesa e elogia a escolha do CES para a formação da
146 mesma. Diz que estará na gestão até dia 31 de dezembro, que algumas agendas acabaram ficando
147 abertas e que, até o último dia, tentarão trabalhar para atender as demandas que conseguirem. 2º)
148 Atas (18ª-Plen.Ord de 13/11; 19ª-Plen.Ord de 27/11) e Expedientes: Célia abre para manifestações
149 quanto às atas que serão votadas. Miriam Kolinger avisa que na ata da 19ª plenária há um equívoco,
150 que identificaram o GT em que trabalha, que trata da atenção básica, como comissão. Célia coloca
151 as atas em votação. As atas são aprovadas. Rosângela agradece ao CES pela experiência. Diz que é

152 médica reguladora e que agora ficará de olho no usuário como plantonista e que ainda vai encontrar
153 os conselheiros. Comenta que os médicos precisam mesmo vivenciar as palavras de cuidado da vida
154 e da preocupação com a vida, da prática diária de se comprometer. Agradece a experiência e diz que
155 até dia 31 trabalhará nas demandas que ainda puder. Pede uma reunião com a mesa para que trate do
156 Hospital São Pedro. Célia diz que receberam uma comunicação da Procuradora da República Ana
157 Paula Carvalho de Medeiros que haverá o ajuizamento pelo MPF de ação civil pública, com o
158 objeto da decretação da nulidade da Resolução CREMERS 1/2014. Diz que isso diz respeito à
159 Resolução 13/2014 do CES. Comenta que a Resolução do CREMERS se refere à questão da dupla
160 entrada. 3º) Cronograma das Plenárias do CES/RS para 2015: Célia apresenta o cronograma de
161 plenárias ordinárias de 2015. Diz que há uma proposta de uma plenária extraordinária dia 8 de
162 janeiro, porque dia 15 provavelmente será assinado um decreto que convoca a 15ª Conferência
163 Nacional de Saúde e na sequência devem fazer o calendário para a Conferência Estadual de Saúde.
164 Diz que talvez não seja possível esperar o dia 26 de fevereiro. Diz que a princípio as ordinárias são
165 as apresentadas e que foram enviadas por e-mail. Pergunta se há manifestações sobre o cronograma.
166 Não há. O cronograma é aprovado. 4º) Relato do GT do CES/RS sobre a Política Estadual de
167 Atenção Básica – PEAB/SES/RS: Ana Valls diz que o GT de Atenção Básica se reuniu e começou a
168 observar questões que precisam ser mais aprofundadas em análise. Diz que o grupo decidiu por não
169 fazer ainda uma resolução para esta última plenária e manter o grupo de discussão, inclusive
170 abrindo aos demais conselheiros, uma vez que é uma política importante e fundamental e que na sua
171 forma de escrita algumas coisas deixam margem a diferentes explicações, então a política deve ser
172 submetida a um trabalho mais cuidadoso e mais aprofundado. Diz que dia 7 de janeiro o GT estará
173 no CES discutindo e que, provavelmente, na plenária de fevereiro apresentarão a política. Comenta
174 que enviarão convites a todos conselheiros. Ricardo, da Secretaria Estadual, parabeniza o GT e diz
175 que a secretaria também participou da reunião, fornecendo documentação suplementares que foram
176 solicitadas. Apoia a proposta de se demorar mais em fazer a resolução para que seja feita sob
177 maiores cuidados e aprofundamento, após amadurecimento do grupo. Diz que na reunião da Mesa
178 Diretora se fez algumas discussões. Propõe que se faça no CES uma comissão que trate da atenção
179 básica. Propõe, também, que ano que vem se faça um seminário com a temática da atenção básica,
180 juntando força para a Conferência Estadual. Célia comenta que uma nova comissão depende de
181 haver conselheiros disponíveis. Sobre o seminário, diz que tentarão consolidar com o calendário do
182 ano que vem. José Mariani comenta a importância que Ricardo deu à atenção básica. Diz que não
183 sabe se é um tema central da Conferência Nacional de Saúde, mas que deveria ser das Conferências
184 Municipais. 5º) 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 4ª CNSTT:
185 Célia diz que a Ana Valls fará um relato sobre a reunião que teve com a delegação do RS que está
186 indo para a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Ana Valls diz que
187 a reunião dos delegados teve presença de 30 de 48 delegados. Relata que discutiram como ir à
188 conferência nacional com um pensamento condensado, uma vez que irão como delegação. Comenta
189 que haverá 12 propostas, que estarão no caderno de propostas, onde devem identificá-las e as vezes
190 podem perder e não achá-las. Diz que devem observar as propostas que vão ao encontro com o que
191 a delegação do RS quer. Comenta que amanhã os delegados estarão presentes no CES para
192 estabelecer um documento básico para que levem aos GTs, um documento resumido que mostre as
193 propostas pelas quais devem batalhar, como devem argumentar e como fazer para que estejam no
194 documento final da Conferência Nacional. Comenta que lutarão pela saúde do trabalhador, uma vez
195 que os trabalhadores ao terem saúde poderão cuidar dos usuários. Comenta sobre como será a
196 viagem. 6º) 7ª Conferência Estadual de Saúde: Célia relata que o CNS já decidiu várias coisas a
197 respeito da Conferência Nacional de Saúde, como o tema, que será “Saúde pública de qualidade
198 para cuidar das pessoas – Direito do Povo Brasileiro. Diz que esse é o tema da Conferência
199 Nacional, como será das conferências estaduais e das conferências municipais. Comenta que a
200 respeito de estrutura, será semelhante ao que costuma ser. Diz que, a princípio, a Conferência
201 Nacional será realizada em novembro, as estaduais até agosto e as municipais até junho. Comenta
202 que em 2015 haverá uma novidade que é a realização previamente às conferências o processo de
203 plenárias, por causa do PPA que será feito antes da Conferência Nacional de Saúde, e, também, para

204 que antes do processo de conferência, se tenham diagnósticos das condições da Saúde, para que se
205 façam propostas em cima dos problemas constatados. Diz que assim também haverá novos atores
206 na luta, pois farão inclusão dos movimentos e grupos sociais. Comenta que o processo de plenárias
207 culminará com a plenária nacional, que acontecerá dias 7 e 8 de abril. Diz que esse processo será de
208 caráter arbitrário para os estados. Comenta que incentivarão aos CMSs para que façam plenárias
209 além dos seus municípios, abrangendo entidades que possam ajudar. Relata que o CES já está
210 fazendo isso, com GTs no CES que estão tendo em sua composição representantes de entidades que
211 não são conselheiros. Diz que está sendo elaborado por um desses GTs um questionário para ser
212 enviado aos municípios para obter informações sobre a condição da saúde no município. Ela diz que
213 pretendem fechar esse documento até o dia 23, para ficar pronto até janeiro. Diz que esse
214 instrumento tem três partes de levantamento de dados: relação de doenças locais e suas causas,
215 assim como as estruturas de tratamento, cuidado e prevenção; o trabalho que o CMS tem feito, se
216 tem aprovado resoluções etc; como tratam os planos, se avaliam, se votam etc. Comenta que terão
217 apoio do DATASUS para esse trabalho. 7º) Assuntos Gerais. Rafaeli diz que o Conselho esteve
218 presente do dia 7 ao dia 10 de dezembro em Brasília no Seminário Nacional de Políticas de
219 Educação Popular, Educação de Saúde, Equidade e Controle Social. Diz que é um preparatório para
220 a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Comenta que é uma iniciativa de seminário organizado pelo
221 MS, que já tem uma proposta metodológica em relação aos trabalhos e que já tem GTs com os
222 movimentos lá presentes, como o movimento negro etc, para elaborar estratégias para as entidades
223 se mobilizarem a conferência. Diz que houve ideia de envolver o tema da conferência com a
224 reforma política e que a presidente do CNS inclusive o convidou para uma reunião para tratar disso.
225 Comenta que os recursos para as conferências serão repassados só em novembro e que querem que
226 os conselhos façam sua parte e os movimentos sociais também façam sua parte. Diz que há um
227 fortalecimento da gestão com um PNS e em relação contrato da regionalização da área da saúde.
228 Relata que querem que os municípios e os estados ajudem a organizar o processo de regionalização
229 da saúde e que o controle social se sente desafiado a se organizar de forma regional. Diz que o
230 controle social se vê desafiado também a se fortalecer, talvez através de uma estratégia de conselhos
231 regionais de saúde. Célia diz que o vice-presidente não está presente porque está em Brasília para
232 tratar justamente da 15ª Conferência e que trará mais informações. Mariani diz que gostaria de
233 registrar que nos últimos anos houve mesmo um aumento substancial de repasses do Governo do
234 Estado para os municípios, mas que há um atraso de 4 meses, que está fazendo falta em programas
235 como de estratégias de saúde da família, incentivo à atenção básica etc. Diz que na avaliação de
236 município o valor acumulado de atraso é de 250 a 350 milhões de reais. Luiz, da CUT, disse que
237 houve a reunião da CIST ontem e que o assunto que mais foi tratado foi a falta de repasses aos
238 CERESTs, que não ocorrem desde abril. Diz que está indo atrás da mesa diretora e procurando uma
239 intervenção que possam fazer para garantir que no novo orçamento os valores sejam repassados.
240 Comenta que estão fazendo uma moção para que os valores passados para os CERESTs sejam
241 repassados para uma conta específica, para não haver confusão. Rose, do CREFITO, e membro da
242 CIST, diz que foi feito este ano um GT sobre fisioterapia e terapia ocupacional pela falta ou de má
243 qualidade se serviço oferecido aos municípios. Diz que elaboraram um questionário para solicitar
244 aos municípios a condição dos municípios em relação a esse assunto. Comenta que o questionário
245 será enviado a todos os municípios, depois serão devolvidos aos CERESTs e, então, ao GT, que
246 analisará os dados. Diz que, segundo Cláudio, após esse trabalho, fará o mesmo tipo de ação em
247 relação a outras áreas. Ricardo comenta sobre o repasse financeiro e diz que a secretária Sandra tem
248 feito um esforço para tratar disso, porém também está sofrendo atraso de repasses do Ministério da
249 Saúde. Diz que falará com a equipe da parte financeiro da Secretaria Estadual da Saúde quanto ao
250 repasse dos CERESTs. Comenta sobre a fala de Rafaeli quanto à regionalização da saúde e diz que
251 a estratégia da regionalização está obtendo avanço pelos gestores e que há toda uma proposição do
252 Ministério para a próxima gestão Federal quanto ao assunto. Diz que seria interessante discutir qual
253 estrutura de regionalização seria interessante para o Estado, uma vez que muitas questões de
254 financiamentos, como pactuações, hoje em dia ocorrem em nível regional. João de Deus comenta
255 que também foi ao seminário que Rafaeli foi, mas sob outras demandas dos movimentos sociais.

256 Diz que ele, o seminário, era preparatório para a conferência. Relata que, na visão dos movimentos
257 sociais, houve um avanço na discussão e que a próxima conferência está sob preparação de diversos
258 movimentos. Diz que a presidente Socorro, do CNS, os deu uma perspectiva para a próxima
259 conferência para participação dos movimentos sociais, que muitas vezes são movimentos pequenos.
260 Comenta que a regionalização é importante para os movimentos sociais e que devem colocá-los
261 dentro da regionalização. Diz que lançarão uma discussão para os movimentos sociais se
262 envolverem na regionalização. Comenta que a 15ª conferência será diferente desta vez, pois os
263 movimentos sociais estarão presentes e que será discutida a equidade. Diz que, como controle
264 social, deve-se ter educação popular. Ana Valls relata que o CES faz parte do Fórum Gaúcho do
265 Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, que é coordenado por três ministérios, o Ministério Público
266 Estadual, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho. Diz que amanhã será a
267 última reunião do ano e que a coordenação dos ministérios será alterada. Relata que o fórum,
268 formado por volta de 40 entidades, está articulando a realização de audiências públicas nas regiões
269 para ouvir a comunidade dos municípios, a comunidade científica e a comunidade dos trabalhadores
270 em relação aos agrotóxicos. Menciona dados de mortes e outros problemas no interior em
271 consequência dos agrotóxicos. Diz que ano que vem não será só de conferência, mas também dos
272 ministérios ouvirem os municípios quanto aos agrotóxicos. Comenta que participará da coleta dos
273 relatos, mas que precisa de uma segunda pessoa para auxiliar a representar o conselho. Diz que uma
274 das questões que foram apontadas é a subnotificação de casos de problemas por causa dos
275 agrotóxicos, então o MPF está tentando marcar uma audiência com a presidência do Conselho
276 Regional de Medicina, pois no Código Civil no artigo 269 está escrito que é crime quando um
277 médico não notifica doenças que são de notificação obrigatória, ou compulsória, como é chamada
278 agora, e que intoxicação por agrotóxico é de notificação obrigatória. Diz que poucas notificações
279 são feitas e que o próprio pessoal da saúde disse que se deve multiplicar por cinquenta os casos
280 notificados para se saber o dado real da situação do Estado. Eni Bahia agradece pelo ano e anuncia
281 desejo para que se tenha forças para que o CES trabalhe bem em 2015. Nada mais havendo a tratar,
282 Célia Chaves, Presidente do CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin
283 Severo, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto
284 Alegre, 11 de dezembro de 2014.

285
286
287
288 Célia Chaves
289 Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

290
291
292 Ana Maria Valls
293 Coordenadora do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

294
295
296 Jairo Francisco Tessari
297 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

298
299
300 Paulo Humberto Gomes da Silva
301 Coordenador do CES/RS

Rosangela Dornelles
Coordenadora do CES/RS